

GAZETA
DO SERTÃO

14 DE MARÇO
DE 1890

Gazeta do Sertão

ASSIGNATURAS.

Na Comarca

Anno..... 6\$000

Semestre..... 3\$300

Pagamento adiantado.

Orgão Democrata.

Publicação semanal.

DIRECTORES: - I. Joffly e F. Retumba.

Typographia e escriptorio — à "Praça Municipal" n.º 24.

ASSIGNATURAS.

Fôra da comarca.

Anno..... 7\$000

Semestre..... 4\$000

Pagamento adiantado.

Campina-Grande, Sexta-feira, 14 de Março de 1890.

AVISO

Desta data em diante sô serão publicados os annuncios e quaesquer escriptos, que vierem acompanhados do respectivo pagamento, para o que adoptamos a seguinte tabella:

Para os assignantes

Uma tira de papel commun. escripta de um só lado e em letra regular..... 2\$.

Para os não assignantes

Idem, idem..... 3\$.

EPHEMERIDES.

Almanak

Março (tem 31 dias)

SOL em AQUARIUS.

DOMINGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
SEG.-FEIRA																															
TERÇA-FEIRA																															
QUART.-FEIRA																															
QUINT.-FEIRA																															
SEXTA-FEIRA																															
SABADO																															

DIAS SANTIFICADOS: 25.

PHASES DA LUA:

Cheia a 6, ming. a 14, nova a 20, crese. a 28.

MEMORANDUM.

Correio a 23.

GAZETA DO SERTÃO

CAMPINA-GRANDE, 14 DE MARÇO DE 1890.

Industria Pastoril.

Dois terços pelo menos do territorio parahybano são exclusivamente destinados á grande criação de gados, vacum, cavallar, cabrum e lanigero; e embora seja este estado um dos de menores dimensões do Brazil, a sua industria pastoril é relativamente superior á dos demais estados desta parte septentrional da republica.

Dois argumentos provam á toda evidencia a grande produção de gado vacum do estado da Parahyba.

1º Os diversos impostos lançados sobre a criação, desde o dizimo de bezerros até o de exportação, elevam-se á quantia muito superior aos productos de qualquer outra industria, mesmo a agricola.

2º A maior feira de gado para agougue do norte da republica é a que se faz semanalmente nesta cidade e em Itabayanna.

Apesar disto, tão importante ramo da riqueza publica acha-se em decadencia.

Não nos referimos ao estado calamitoso, em que actualmente se acha a criação, devido á secca que nos assolou, porque o mal, embora terrivel, é transitorio; nos referimos especialmente ao infimo preço do producto, ocasionado por um monopolio, que já se tornou um mal permanente.

Ha mais de anno que indicamos o meio efficaz a empregar para levantar a industria pastoril do abatimento em que se acha; o qual se resume na—união dos fazendeiros—.

A ideia geralmente foi julgada salvadora, mas a inercia e indifferença dos mesmos, que a approvaram, fez com que fosse esquecida.

Voltando ao mesmo assumpto temos por fim patentear aos creadores parahybanos um exemplo frisante em favor de sua causa, que temos advogado.

Prestem elles attenção á seguinte noticia:

« O gado que toda a provincia de Minas consome e que ella exporta para o centro federal e para os estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Bahia e Espirito-Santo é calculado, no minimo, em 1200 rezes por dia ou em 438:000 por anno.

Comparados os preços por quanto tem sido vendidos, nas feiras, aos que obtinha o gado em Santa Cruz anteriormente á existencia das mesmas feiras, calcula-se em 10\$000 o augmento medio em cada reza.

Ha pois uma differença para mais de 43.800 contos de reis. por anno, em favor da industria pastoril; sendo já effectivo e de mais de 20 mil contos somente desde a inauguração da *Pastoril Mineira*. »

Até bem poucos annos só havia uma feira para o gado exportado por Minas-Geraes, era a de Santa-Cruz, nas proximidades do grande centro consumidor do Rio de Janeiro; e o fazendeiro depois de percorrer grande distancia com a sua boiada, chegando lá sujeitava-se ao preço imposto pelo marchante, porque outro recurso não tinha, não podia demorar a venda de uma mercadoria por sua natureza perecivel em logares não apropriados.

Tão precario commercio durou muito tempo com prejuizo dos productores e sem vantagem para os consumidores, lucrando muito porém os atravessadores; até que os fazendeiros uniram-se, passando elle por completa transformação, como nos diz a noticia transcripta. Constituiu-se a sociedade — *Pastoril Mineira* — e outras feiras foram creadas.

Em vista deste exemplo, os nossos fazendeiros que soffrem o que já soffreram os mineiros, porque não se unem constituindo uma — *Pastoril Parahybana* ?

Compare-se o preço do gado de meia duzia de annos atraz com o de hoje e

veja-se a enorme differença em prejuizo do creador.

A — *Pastoril Parahybana*, poderia ter a sua sede nesta cidade; e então trataria de igual para igual com as sociedades de carnes verdes existentes na cidade do Recife, o grande mercado consumidor do nosso gado, e que unidas constituem um monopolio, impondo o preço á um dos nossos principaes productos de exportação, e que para este estado é a principal fonte de sua receita.

Muitos dos nossos fazendeiros ainda não comprehendem bem as vantagens de uma semelhante sociedade; — isolam-se e com apathia mussulmana costumam dizer: — mal de muitos consolo é—. Neste caso, pelo máo preparo do nosso povo para um tal commettimento, torna-se necessaria a intervenção do governo, tomando a iniciativa pelos meios que julgar mais convenientes.

O que não convem é quedarmos no indifferentismo, descuidando interesses de tão grande importancia da fortuna publica e da particular.

Hoje na republica, mais do que ont'ora no imperio, deve este assumpto ter a nossa attenção porque a Parahyba como estado precisa de perennes fontes de rendas para occorrer ás suas despesas; do contrario, pesando sempre sobre o thesouro federal, descerá á simples territorio.

Voltaremos opportunamente com outra ordem de considerações.

ACTOS DO GOVERNO PROVISORIO

Lei sobre o casamento civil

(Conclusão.)

Art. 84. Presume-se perdoado o adulterio, quando o cônjuge innocente depois de ter conhecimento delle houver coabitado com o culpado.

Art. 85. Para obterem o divorcio por mutuo consentimento deverão os conjuges apresentar-se pessoalmente ao juiz levando a sua petição escripta por um e assignada por ambos ou ao seu rogo se não souberem escrever e instruida com os seguintes documentos:

§ 1.º A certidão do casamento.

§ 2.º A declaração de todos os seus bens e a partilha que houverem concordado fazer delles.

§ 3.º A declaração do accordo que houverem tomado sobre a posse dos filhos menores se os tiverem.

§ 4.º A declaração da contribuição, com que cada um delles concorrerá para criação e educação dos mesmos filhos, ou da pensão alimenticia do marido á mulher, se esta não ficar com bens sufficientes para manter-se.

§ 5.º Tratado de nota do contrato antenupcial, se tiver havido.

Art. 86. Recibidos os documentos referidos e ouvidos separadamente os dous conjuges sobre o motivo do divorcio pelo juiz, este fixar-lhes-ha um prazo nunca menor de 15 dias nem

maior de 30 para voltarem a ratificar ou retractar o seu pedido.

Art. 87. Se findo este prazo voltarem ambos a ratificar o pedido, o juiz depois de fazer autoar a petição com todos os documentos do art. 85, julgará por sentença o accordo no prazo de duas audiencias e appellará *ex-officio*. Se ambos os conjuges retractarem o pedido, o juiz restituir-lhes-ha todas as peças recebidas, se somente um delles retractar-se a este entregará as mesmas peças na presença do outro.

Art. 88. O divorcio não dissolve o vinculo conjugal, mas autorisa a separação indefinida dos corpos e faz cessar o regimen dos bens como se o casamento fosse dissolvido.

Art. 89. Os conjuges divorciados podem reconciliar-se em qualquer tempo, mais não restabelecer o regimen dos bens que uma vez partilhados, serão administrados e alienados sem dependencia de authorisação do marido ou outorgada da mulher.

Art. 90. A sentença do divorcio litigioso mandará entregar os filhos communs e menores ao cônjuge innocente e fixará a quota com que o culpado deverá concorrer para educação delles, assim como a contribuição do marido para sustentação da mulher, se este for innocente e pobre.

Art. 91. O divorcio dos conjuges que tiverem filhos communs não annulla o dote que continuará sujeito aos onus do casamento, mas passará a ser administrado pela mulher, se ella for o cônjuge innocente. Se o divorcio for promovido por mutuo consentimento, a administração do dote será regulada na conformidade das declarações do art. 85.

Art. 92. Se a mulher condemnada na acção do divorcio continuar a usar do nome do marido, poderá ser accusada por este como incurso nas penas dos artigos 301 e 302 do codigo criminal.

CAPITULO X

Da disposição do casamento

Art. 93. O casamento valido só se dissolve pela morte de um dos conjuges, e neste caso proceder-se-ha a respeito dos filhos e dos bens do casal na conformidade do direito civil.

Art. 94. Todavia se o cônjuge fallecido for o marido, e a mulher não for biúva, esta lhe succederá nos seus direitos sobre a pessoa e os bens dos filhos menores, enquanto se conservar viúva. Se porém, for biúva, não será admittida a administrar os bens delles, nem como tutora ou curadora.

CAPITULO XI

Da posse dos filhos

Art. 95. Declarado nullo ou annullado o casamento sem culpa de algum dos contrahentes, e havendo filhos communs, a mãe terá o direito á posse das filhas, enquanto não forem emancipadas, e á posse dos filhos até completarem a idade de 6 annos.

Art. 96. Se porém, tiver havido culpa de um dos contrahentes, só ao innocente

competirá a posse dos filhos, salvo se o culpado for a mãe, que ainda neste caso poderá conservá-los consigo até a idade de 3 annos, sem distincção de sexo.

Art. 97. No caso de divórcio observar-se-á o disposto nos arts. 85 e 90 de accordo com a clausula final do art. antecedente.

Art. 98. Fica sempre salvo aos pais concordarem particularmente sobre a posse dos filhos, com o lres parecer melhor em beneficio destes.

CAPITULO XII

Disposições penaes

Art. 99. O pai ou mãe, que se casar com infração do § 9.º do art. 1.º, perderá em proveito dos filhos das terças partes dos bens, que lhe deviam caber no inventario do casal, se o tivesse feito antes do seguinte casamento, e o direito a administração e ao uso fructo dos bens dos mesmos filhos.

Art. 100. A mulher, que se casar com infração do § 11, do mesmo artigo, não poderá fazer testamento, nem communicar com o marido mais de uma terça parte dos seus bens, presentes e futuros.

Art. 101. O tutor ou curador, culpado de infração do § 11, do citado art. 7.º, será obrigado a dar ao conjuge do pupillo em curatellado quanto baste para igualar os bens daquelle aos destes.

Art. 102. Na mesma pena do artigo antecedente, incorrerá o juiz, ou escrivão culpado da infração do § 12 do mesmo art. 7.º e bem assim na de perder o cargo com inhabilitação para exercer outro durante 10 annos.

Art. 103. A lei presume culpado o tutor, o curador, o juiz e o escrivão nos casos dos § 11 e 12 do art. 7.º

Art. 104. O official do registro civil que publicar proclamas sem autorização de ambos os contrahentes, ou der a certidão do art. 3.º sem lhe ter sido apresentados os documentos exigidos pelo art. 1.º, ou pendendo impedimento ainda não julgado improcedente, ou deixar de declarar os impedimentos que lhe forem apresentados, ou que lhe constarem com certeza e puderem ser oppostos por elle *ex-officio*, ficará sujeito a multa de 20\$ a 200\$ para a respectiva municipalidade.

Art. 105. Na mesma multa incorrerá o juiz que assistir ao casamento antes de levantados os impedimentos oppostos contra algum dos contrahentes, ou deixar de recebel-os quando opportunamente offerecidos nos termos do art. 13, ou de oppo-los quando lhe constarem ou deverem ser oppostos *ex-officio*, ou recusar-se a assistir ao casamento sem motivo justificado.

Art. 106. Se o casamento for declarado nullo, ou annullado ou deixar de effectuar-se por culpa do juiz, ou do official do registro civil, o culpado perderá o seu lugar e ficará durante 1 anno inhabilitado de exercer qualquer outro cargo publico ainda mesmo gratuito.

Art. 107. As penas combinadas neste capitulo serão applicadas sem prejuizo das que pelos respectivos delictos estiverem combinadas no codigo criminal e no decreto n. 9,886 de 7 de Março de 1888.

CAPITULO XIII

Disposições gerais

Art. 108. Esta lei começará a ter execução desde o dia 24 de Maio de 1890, e desta data por diante só serão considerados validos os casamentos celebrados no Brazil se o forem de accordo com as suas disposições.

Paragrapheo unico. Fica em todo caso salvo aos contrahentes observar, antes ou depois do casamento civil, as formalidades e cerimonia prescritas para a celebração do matrimonio pela religião delles.

Art. 109. Da mesma data por diante todas as causas matrimoniaes ficarão competindo exclusivamente a jurisdicção civil.

As pendentes continuam o seu curso regular, no foro ecclesiastico.

Art. 110. Enquanto não forem creados os lugares do official privativo do registro civil, e do juiz dos casamentos, as funcções daquelle serão exercidas pelos escrivães de paz na forma do decreto n. 9,886 de 7 de março de 1888, e as deste pelo respectivo 1.º juiz de paz, quanto a presidencia do acto, e quanto ao conhecimento dos impedimentos pelo juiz de direito da respectiva comarca ou pelo juiz especial de orphãos nas comarcas onde o houver, ou pelo da 1.ª vara onde houver mais de um.

Art. 111. Os impedimentos a que se refere o art. 47, § 3.º, serão decididos pelo juiz do domicílio do impedido, antes de sair do Brazil, e se elle houver sahido ha mais de dois annos, ou não tiver deixado um domicílio notorio, serão decididos pelo juiz de orphãos da 1.ª vara da capital do Estado em que ultimamente tiver residido.

Art. 112. Ao juiz de direito da comarca ou ao de orphãos, conforme as distincções estabelecidas no art. 110, compete o conhecimento das causas de nulidade ou annullação de casamento e as de divórcio litigiosas ou amigáveis.

Art. 113. Para as causas do artigo antecedente não haverá alçada, nem férias forenses, e as de annullação de casamento e do divórcio serão ordinarias.

Art. 114. Nas causas de divórcio, movidas nos termos do art. 81, será sempre ovidio o curador de orphãos.

Art. 115. Nas causas de annullação do casamento o juiz nomeará um curador especial para defender a validade dello até a apellação inclusive. Esse curador perceberá os mesmos emolumentos e honorarios taxados para os curadores dos orphãos pelos arts. 90 e 91, do decreto n. 5737, de 2 de Setembro de 1874.

Art. 116. As sentenças que decidirem a nulidade ou a annullação do casamento, ou o divórcio serão averbadas na casa das observações do respectivo registro civil, pelo official deste ou pelo secretario da camara municipal conforme as hypotheseas previstas no art. 24, do decreto n. 9,886.

Art. 117. A averbação se fará nos casos de nulidade ou annullação do casamento do seguinte modo: « Declaração nullo (ou annullado) por sentença de de de do Tribunal. — Appellação n. (escrição F.) e multas nullas, para as sentenças de divórcio ».

Art. 118. Antes de averbadas no registro civil as referidas sentenças não produzirão effectos contra terceiros.

Art. 119. Quando o casamento for impedido ou o impedimento levantado em virtude de confissão feita nos termos do art. 8.º ou do paragrapheo unico do art. 17, a parte interessada em fazer ou impedir o casamento poderá haver vista della no cartorio, e reclamar perante o juiz, no 1.º caso, contra o impedimento e do 2.º contra o levantamento d'elle, e sendo indeferido, aggravar de petição na forma do § 12, do art. 14, do decreto n. 143, de 15 de Março de 1842.

Art. 120. Nos outros casos de impedimento caberá contra as decisões do juiz o recurso de aggravado de petição ou de instrumento, conforme a distancia do juiz *ad quem*.

Art. 121. O official do registro terá mais um livro, que poderá ser menor que os do casamento, mas deverá ser aberto e encerrado como este, para o registro das editaes dos proclamas, na forma do art. 6.º

Art. 122. O juiz de paz perceberá por assistir ao casamento, 2\$ se for celebrado na casa das audiencias, e o dobro, além da condução, se for fora. O official do registro perceberá metade d'aquelle salario e a mesma condução por inteiro, incluído ao seu salario o custo do tempo do casamento.

Art. 123. Além d'aquelle salario o official do registro perceberá de cada registro dos termos lavrados na conformidade da art. 35, das sentenças a que se referem os arts. 42 e 55, dos pregoes de edital de proclamas, das certidões de habilitação dos contrahentes ou da apresentação do impedimento, e das averbações a que se refere o art. 117, 1\$ por cada acto.

Art. 124. Os demais actos do juiz de paz ou do official do registro, relativos ao casamento, que não estiverem taxados no regimento de custas, ou no decreto n. 9,885, serão gratis, e os mesmos do art. antecedente tambem serão, no caso do art. 40, do referido decreto.

Ministerio do Interior

LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Foi approved em conferencia ministerial o seguinte regulamento ao decreto n. 6 de 19 de Novembro de 1889 que reformou a legislação eleitoral.

DO ELEITORADO E DA SUA QUALIFICAÇÃO

Disposição preliminar

A eleição para deputados á assemblea constituinte da Republica Federal dos Estados Unidos do Brazil será feita por nomeação directa, em que tomarão partes todos os cidadãos brasileiros qualificados eleitores, de conformidade com o presente decreto regulamentar.

CAPITULO I

Das cidadãos brasileiros

Artigo 1.º São cidadãos brasileiros: I. Todos os no Brazil tiverem nascido, ainda que de pai de outra nação, salvo se este residir na Republica a serviço de seu paiz.

II. Os nascidos no Brazil, de pai de outra nação a serviço de seu paiz, se, quando maiores ou emancipados conforme a lei brasileira, declararem querer seguir a nacionalidade brasileira.

III. Os filhos de pai brasileiro e os illegitimos de mãe brasileira nascidos em outra nação, que vierem estabelecer domicilio na Republica.

Paragrapheo unico. Outrosim, os filhos de pai brasileiro e os illegitimos de mãe brasileira nascidos em outra nação, ainda que aquelle ou esta tenha perdido os direitos de cidadão brasileiro se depois de sua maioridade ou emancipação e informados do paiz do seu nascimento, vierem estabelecer domicilio no Brazil, ou declararem aceitar a nacionalidade brasileira.

IV. Os filhos de pai brasileiro que estiverem em outra nação a serviço da Republica e não venham, nella estabelecer domicilio.

V. Os filhos de outra nação que se naturalizarem brasileiros.

VI. Os filhos de outra nação que já residiam no Brazil no dia 15 de Novembro de 1889, salvo declaração em contrario feita perante a respectiva municipalidade, no prazo de seis meses da publicação do decreto da grande naturalisação. (Dec. de 15 de Dezembro de 1889).

VII. Os filhos de outra nação que tiverem residencia no Brazil durante dois annos, desde a data do referido decreto, salvo os que se excluem desse direito mediante declaração do art. 1.º do mesmo.

Art. 2.º Perde a qualidade de cidadão brasileiro:

I. O que se naturalizar em outra nação.

II. O que, sem licença do Governo Federal, aceitar emprego que importe exercicio do poder publico, pensão ou condecoração de qualquer governo de outra nação.

III. O que for deportado ou banido, em quanto durarem os effectos do banimento ou deportação.

Art. 3.º Suspende-se o exercicio dos direitos politicos:

I. Por incapacidade mental.

II. Por sentença condemnatoria a prisão ou degradação, enquanto durarem os seus effectos.

CAPITULO II

Das eleições

Art. 4.º São eleitores, e têm votos nas eleições:

I. Todos os cidadãos brasileiros natos no gozo dos seus direitos civis e politicos, que souberem ler e escrever. (Dec. n. 6 de 19 de Novembro de 1889).

II. Todos os cidadãos brazifeiros declarados taes pela naturalisação.

III. Todos os cidadãos brasileiros declarados taes pelo decreto da grande naturalisação.

Art. 5.º São excluidos de votar:

I. Os menores de 21 annos, com excepção dos casados, dos officiaes militares, dos bachareis formados e doutores, e dos clergos de ordens sacras.

II. Os fillos-familia, não sendo como taes considerados os maiores de 21 annos, ainda que em companhia do pai.

III. As praças do pret do exercito, da armada e dos corpos policiaes, com excepção das reformadas.

CAPITULO III

Da qualificação eleitoral

Art. 6.º A qualificação dos eleitores que têm de votar nos deputados á assemblea constituinte será preparada em cada districto da Republica, por uma commissão districtal e definitivamente organizada nos municipios por uma commissão municipal.

I.—Da commissão districtal

Art. 7.º As commissões districtaes se reunirão:

No districto federal, no estado do Rio de Janeiro, e no estado de S. Paulo, no dia 7 de Março deste anno.

Nos estados de Minas Geraes, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio G. do Norte, Ceará, Piahy, Maranhão e Pará no dia 7 de Abril.

Nos estados do Amazonas, Goyaz e Matto Grosso, no dia 21 de Abril.

Estes prazos no caso de necessidade poderão ser prorogados pelo governo.

§ 1.º Dez dias antes dessa reunião o juiz de paz mais votado do districto mandará publicar por editaes, que se affixarão nos lugares mais publicos, que se vá proceder a qualificação dos eleitores, declarando o dia do seu começo e convidando aos cidadãos que se julgarem com direito a ser qualificados a se apresentarem perante a commissão, ou reconhecerem perante ella.

Quando o juiz de paz competente deixar por qualquer motivo de fazer a publicação do edital prescripto neste artigo, o primeiro de seus substitutos legaes cumprirá este dever no prazo de 24 horas, contadas das 10 da manhã do dia em que aquelle juiz é obrigado a praticar esse acto.

Expirado o prazo, sem que a publicação tenha sido feita pelo dito substituto, cabe a qualquer dos outros desempenhar immediatamente o mesmo dever.

O tempo que assim decorrer até o acto da publicação não poderá prejudicar o dia marcado para a reunião da commissão e começo dos seus trabalhos.

Art. 8.º As commissões districtaes serão compostas:

a) do juiz de paz mais votado do districto, o qual será o seu presidente;

b) do subdelegado da parochia;

c) de um cidadão com as qualidades de eleitor, residente no districto, nomeado pelo presidente da camara ou intendencia municipal.

Art. 9.º O presidente da camara ou da intendencia municipal nomeará com a necessaria antecedencia o cidadão que tiver de fazer parte da commissão districtal.

Art. 10. No caso de falta ou impedimento do juiz de paz, presidente da commissão, se-

rá este substituido successivamente pelos seus immediatos em votos.

§ 1.º O juiz de paz mais votado será sempre o presidente da commissão, esteja ou não em exercicio, ou suspenso por effeito de pronuncia em crime de responsabilidade.

§ 2.º No caso de não se apresentar o juiz de paz mais votado a presidir a commissão, por estar impedido, competir-lhe-á todavia a presidencia desta, desde que cessar o seu impedimento.

§ 3.º No caso de ser a commissão presidida por juizes de paz substitutos, o que estiver na presidencia codará sempre esta a qualquer dos seus superiores em votos que se apresentar.

§ 4.º O subdelegado será substituido pelos supplentes legaes.

Art. 11. Na primeira reunião da commissão ella nomeará dois cidadãos que tenham as qualidades de eleitor, já para substituirem o membro nomeado pelo presidente da camara ou intendencia em sua falta ou impedimento, já para funcionarem effectivamente como membros da commissão, se esta o julgar conveniente ao serviço eleitoral.

Art. 12. Estas substituições se farão independente de aviso dos impedidos ou de ordem previa da autoridade superior, sempre que de qualquer modo constar aos substitutos a falta daquelle a quem tenham de substituir.

Do mesmo modo se procederá quando, tendo comparecido no primeiro dia, faltar nos seguintes ou ausentar-se em qualquer occasião na marcha dos trabalhos da qualificação alguns dos funcionarios que fizer parte da commissão.

Art. 13. A commissão se reunirá no lugar designado pelo presidente da camara ou intendencia municipal.

Se depois da publicação do edital ocorrer caso imprevisto que obste a reunião no lugar designado pelo presidente da intendencia ou municipalidade, o juiz de paz escolherá novo edificio, communicando o facto á commissão por occasião da primeira reunião e fazendo a transferencia; ou quando possível, fará novo edital, publicando o facto e a razão d'elle.

Se durante os trabalhos da commissão sobrevier motivo de força maior que obrigue a mudança do lugar, a commissão competirá designar o edificio para o qual se transferirão os trabalhos.

Procederá, porem, a esta transferencia, aannueto por edital em que se especificar o motivo d'elle.

Na acta que se lavrar dos trabalhos se mencionarão estas circumstancias.

Art. 14. O presidente da commissão chamará para servir nos trabalhos da mesma o escrivão do paiz ou do subdelegado, assim como os officiaes de justiça que forem necessarios; ou se o julgar conveniente, poderá nomear escrivão *ad hoc* pessoa idonea que sirva especialmente para os trabalhos da qualificação.

Art. 15. O presidente da commissão mandará lavrar pelo escrivão uma acta da formação d'elle, a qual será lançada em livro especial e assignada pelo presidente e mais membros.

Paragrapheo unico. Esse livro será aberto encerrado, numerado e rubricado em todas as suas folhas pelo presidente da camara ou intendencia.

Art. 16. A commissão celebrará as suas sessões em dias successivos, excepto nos domingos; principiando invariavelmente ás 10 horas da manhã e terminando ás 4 horas da tarde, até se completarem 20 dias ao mais tardar, contados do dia da sua instalação.

Paragrapheo unico. Lavrar-se-á diariamente as actas dos seus trabalhos.

(Continua)

TRANSCRIPÇÕES

A imprensa

Sempre consideramos a imprensa como o mais poderoso guia da opinião, sempre llo attribuímos o dever de oppor-se aos abusos e de defender os direitos dos cidadãos.

Da elevação de vistas, da honrabilidade dos caracteres dos redactores somente depende a boa ou má orientação que deve ser dada ao publico.

Quanto maiores forem as difficuldades a vencer, quanto mais dolorosos os sacrificios a fazer, tanto mais eleva-se ella, maior serviço presta á causa da patria, tanto mais digna se torna da estima dos concidadãos.

Quem, como nos, pelo dever que nos corre, fizer leitura assidua das folhas da capital, sentiu-se lha tomado de assombro deante da attitud de maior parte d'ellas.

De um lado a parcialidade, portanto a suspeição, do outro silencio profundo, a mais absoluta reserva, quando muito meias palavras, períodos ambíguos, phrases de sentimentos-duplos.

Esse procedimento não é patriótico. A inercia tambem é uma força, o silencio tambem é uma poderosa arma.

Os habitantes do interior, longe dos acontecimentos, procuram elucidar-se compulsando as folhas, e apenas encontram louvanças, ou umas formulas convencionaes que nada significão, ou pela abstenção da franca apreciação abrem margem a conjecturas, muitas vezes mais graves que a realidade.

Bollos aterradores, noticias inquietadoras dadas por um ou outro contreranco que chega do grande centro de actividade da Republica, eis tudo quanto temos.

Parcece que uma ameaça constante constrange a livre manifestação do pensamento, e que, com as balanças ao norte, devendo escolher entre a mentira e a morte, a imprensa recorre ao expediente do silencio como comitudo mais seguro.

Em torno dos actos do governo faz-se o vacuo, mil vezes peor que a mais acerba critica, e todos comprehendemos o grande perigo que determina tal situação.

Cada vez mais soa administração publica, em consequencia do que parece ser uma conspiração mitta, torna-se o alvo de todas as interrogações, a origem de todas as desconfianças e pelo afastamento da maioria dos concidadãos chegara ao perigoso extremo de tornar-se um governo impopular.

Dos pequenos centros da actividade, da imprensa do interior e que parte a critica patriótica, a analyse que bem longe de enfraquecer, robustece a suprema direcção do paiz. Talvez por não termos ambições, talvez por não recuarmos prejuizos ás nossas insignificantes empresas, expendemos francamente o que pensamos e damos exemplo que nos nobilita.

Parcece que temos melhor comprehensão dos nossos deveres que as folhas diarias e de grande formato, todos os dias recebidas da capital, que o nosso *orgão* empenha actuaes mais competentes do civismo que os grandes orgãos do Rio de Janeiro.

Dens queira que partindo da circumferecia vá até o centro da capital da republica, esse esforço de obscuros operarios pelo engrandecimento da republica.

Não nos intimidam as commissões militares, nem nos seduzem as publicações dos actos do governo, nem das *defezas* *entrelinhadas*, apenas tememos os perigos que corre a patria deante d'essa campanha de novo governo.

A imprensa não é um *phonographo* mas a palavra; grave, solemne e poderosa da nação.

Do *Correio de Cantagallo*

Diccionario da amizade

Amigo desinteressado. — Pego licença para substituir a analyse por uma aneddotica.

Um excellento rapaz a quem chamaremos Eduardo, possuia a mais formosa collação de armas que tenho conhecido. Este amigo era medico.

Um dia, Eduardo cahio doente. O amigo tratou-o e, oh! milagre! Eduardo ficou bom. Quando fallou em pagar os cuidados que lhe tinham sido prodigalizados, o amigo medico recusou com indignação.

— Meu caro, não insulte a amizade, offerecendo-me dinheiro.

— Pois bem, não fallemos mais nisso.

Chegamos dia do Anno Bom.

— Vou fazer uma surpresa: aquelle excellento doutor, pensou Eduardo.

E tirando de um dos trophéos uma espada magnifica, mandou-a, com um bilhete, ao medico.

Dali ha quinze dias, ao passar ao pé de um bazar de a mas, encontrou o amigo.

— O doutor por aqui?

— Em pessoa.

— O que o trouxe cá?

— Ando a procura de uma espada que sirva de companhia á que me offereceu no dia de Anno Bom.

— Oh! Não ha de encontrar-a facilmente

— Recceio isso.

No dia seguinte, Eduardo dependurou do trophéo outra espada, não menos esplendida que a primeira, e mandou-a ao medico.

Quem agora saber o desenlace da historia? Ao acabo de um anno Eduardo, recheado ao amigo, não tinha uma unica arma e o medico estava de posse de uma riquissima colleção.

Um doente ordinario teria pagas as quatorze visitas ao medico á razão de cinco francos cada uma, ou sejam setenta francos por todas.

O amigo orgulhoso. — Este trata-nos distinctamente. Nunca temos razão de queixa contra elle. Recceio-nos como a um irmão; offerece-nos os seus melhores clarutos e apresenta-nos aos seus melhores amigos. Porém...

— Ah! Temos um porém?

— Porém faz tudo isto por vaidade. Exhibe-nos, sem que se dê por semelhante coisa, como se exhibe um vitello: de duas cabeças, e dirá a quem lhe der ouyidos:

— Sou tão amigo deste rapaz! E'-me tão dedicado, que posso fazer d'elle tudo o que quizer...

Como é agradável inspirar uma sympathia assim!

Passemos ao

Amigo dos nossos pais. A culpa dos pais recadim sobre os fillos.

— Em amizade?

— Em amizade principalmente.

O pai do leitor teve um amigo que o conheceu pequenito: faz-se seu amigo e aproveita esta posição para tratá-lo toda a vida como a um fideelho.

Aquelle homem viu-o tão pequenino, nunca o olhara de outro modo. Chamar-lhe-á seu *jeito* *amigo* e quererá impôr-lhe a sua experiencia, que é apenas o juizo de um velho que ha meio seculo se esqueceu dos vinte annos. Obrigal-o ha a andar com camisola de flanela, a tomar-me sinliches o talvez a casar.

Não se deve recusar coisa alguma a um antigo amigo de familia. Depois de ter massado o pai, reclama o direito de massar tambem o fillo.

O amigo destructor. — Todos os amigos são destructores.

Quando por acaso um amigo destruetra outro; e porque ambos se destruetam mutuamente.

O amigo franco. — Este senhor nunca descobre uma cousa agradável para nos dizer. Sob o pretexto da franqueza, insulta-nos.

Demonstra-nos que somos tolos, que não temos coragem; enfim, faz-nos comprehender que não passamos de uns ninguens, sem que nos assista o direito de lhe pedir contas dos seus insultos, porque é nosso amigo.

— Mas dir-mo-ha alguém, não acredita na amizade sincera e real?

— Lá isso acredito, visto não ter motivo de duvidar da sua existencia, mas até hoje ainda a não encontrei.

Exame final. — Compreendeu as minhas theorias mancebo?

— Perfeitamente.

— Quer que continue a predica a respeito da amizade.

— Não, basta.

— Responda-me então. O que vem a ser um amigo?

— Amigo é um homem que nos faz prezear os nossos inimigos.

— Não foi mal respondido. Diga-me agora uma coisa: vá cultivar a amizade?

— Certamente.

— Visto isso, preguei no deserto?

— Ora e daí! Porque uma borbulha se quei-

mou na luz, não se deve dizer que as mais façam outro tanto. Contudo...

—

Ao publico

Ainda mesmo quando todos se negassem em vir prestar um preito de gratidão ao mul digno cidadão, Bacharel Ignacio Guedes da Silva Sobral, Juiz Municipal desta villa, pela injusta e injuriosa calumnia, contra si levantada, perante o Governador deste Estado da Parahyba, e nesta villa, pelo delegado de policia, jamais eu fugiria de vir, pela imprensa, protestar alto e bem alto contra tamanha acção de ingratidão e injustiça. O Dr. Ignacio Guedes, collocado na alta sociedade da magistratura, donde dimanam os seus principios da mais sensata prudencia e civilização, não pode viver entre os rancorosos conservadores desta villa, que só desejam *martyrios aos francos, oppressão aos orfãos, vinganças torpes de ennegrecidos corações*, encontrando sempre pessoas de igual jaez que sirvam para termino d'um quadro que tão bem esboçam. O cidadão Dr. Sobral, reconhecendo a aza do infortunio, com a base do crime, entre os seus ex-correligionarios, incorreu no desagrado das *patarias* e eis em seguida, accusado ao governo—de *protector de criminosos* e publicamente, nesta villa, pilheriado que *fugira*. A repugnancia da vindicta dos conservadores daqui, ao pacato Dr. Sobral, chama-o ao estado de desprezar os calumniadores; felizmente já estão conhecidos. Que falsidade!!!

Considera-se o Dr. Sobral, protector de criminosos, quando este cidadão leva os seus passados de accordo com a lei!!!

A elite da sociedade patuense tem reconhecido os actos do illustre juiz e cidadão e gloria-se com o destino do governo. Diga-se, pela imprensa, quaes os criminosos que o Dr. Ignacio Guedes protege e eu os baterei; farei a verdade vir á luz. A protecção despendida ao major Sizenando, em crime afiançavel, tem principio no direito da justiça, mas não o tem o resguardar-se o processo do capitão Lô, com tres testemunhas juramentadas, dando lugar ao Governador nomear o delegado de policia. Eis o criminoso feito autoridade; mas não é o Dr. Sobral o seu protector. Não, o bacharel Ignacio Guedes da Silva Sobral merece tudo a magistratura brasileira e o seu caracter está á par de seu procedimento; o seu criterio é dos homens honrados e elle não é protector de criminosos. Appareça e eu os confundirei. Que o Dr. Sobral conheça certos conservadores aqui e minhas palavras não offendam sua modestia. Cidadãos Redactores, publicae e responsabilizo-me na forma da lei.

Patos, 17 de Fevereiro de 1890.

João Bernardo Ferreira Rocha.

GAZETILHA

O desespero da fome — Os seguintes factos provam que a fome, que soffre o povo do interior deste estado já chegou ao desespero.

—No dia 6 do corrente mez, no logar Massaranduba, desta comarca, diversas pessoas assaltaram um comboi de generos do governo, destinado á soccorro dos indigentes desta cidade, conseguindo apoderar-se de algumas sacas de milho e feijão.

O delegado de policia foi ao logar do crime (?) e tomando delle conhecimento, prendeu a cinco dos famintos assaltantes, e os fez recolher á cadeia.

—Na villa do Ingá, em dias deste mez, na occasião em que o juiz municipal, Dr. Moura, distribuia alguns generos do governo á uma grande massa de indigentes, foi por muitos destes desacatado, soffrendo empurrões e cagetas, segundo nos informam.

—Na parte oriental desta comarca, nos limites com a do Ingá, informa-nos o capitão Hedefonso Vianna, que diversos proprietarios estão soffrendo grandes prejuizos em bois, cabras e ovelhas, pegadas e carneadas nos campos pelos famintos, os quaes deixam apenas os papos das rezas.

Enquanto uns entregam-se ao desespero, saqueando, outros reduzidos á maior inanición, lançam o ultimo alento de vida, deixando como attestado da mais horrorosa morte, verdadeiros esqueletos, os seus cadaveres.

Ninguém se julga e nem se pôde julgar seguro d'ora em diante, principalmente os cidadãos que, possuindo recursos de vida, residem em sitios, fazendas ou em povoados, onde não haja força publica.

O exemplo da fome de 77 é bem recente, e a de 90 parece exceder-a em horrores.

Uma assignatura de longa data — A *Gazeta de Pittsbury*, tem um assignante cujo nome não cessou de figurar nos seus assentamentos ha 103 annos.

Em 1786 Nathaniel Montgomery tomou pela primeira vez uma assignatura que foi continuada pelo filho.

Circunstancia curiosa, o preço da assignatura era a principio pago em generos, o pai Montgomery dava por um anno um alqueire de centeio, um alqueire de batatas e um peru.

Não pega — Conta o *Arawell*, que ha pouco o patriarcha armenio de Constantinopla fez ler durante o serviço divino, em todas as igrejas armenias dali, uma pastoral, exortando aos fieis a que não dêem dotes ás suas filhas; e isto pela razão de que si os pais ricos dão um dote, as moças pobres, privadas delle, custão a achar marido.

Restabelecida assim a igualdade entre as moças solteiras, somente a virgude e a bellezã decidirão da escolha da esposa.

Agora perguntamos:

Qual o destino das moças feias?

Alagão do Monteiro — Desta villa nos escreveu o digno vigario Manoel U. da Costa Ramos, em data de 28 do p. passado mez de Fevereiro:

«No dia 26 deste tivemos uma boa chuva, que começando nos limites do Pajulu com esta freguesia, desceu até duas leguas abaixo desta villa.

A fome continúa horrivel. Milho á 2\$400, farinha—2\$200, feijão 3\$000; carne não apparece de qualidade alguma!!»

Casamento — Na cidade de Jacobão, do visinho estado de Pernambuco, teve lugar no primeiro de Fevereiro do corrente anno o consorcio do cidadão Bianor de Oliveira com a Ex.^{ma} S.^a D. Etelvina Almeida de Oliveira, filha do digno juiz de direito da mesma comarca, Dr. Antonio Henrique de Almeida.

Agradecemos a participação e desejamos aos recém-casados todas as venturas.

A Estação — O apreciadissimo jornal de modas *A Estação*, no seu n. 3 de 1899, acaba de fazer-nos a amavel visita quinzenal, cheia de novas attractivos, bem delineada e como sempre nitida. Comporta 89 figuras perfeitamente descriptas no texto, quer no tocante ás toilettes, quer aos objectos de fantasia e a lomo. O interessante *Correio da Moda*, utilissima secção desse jornal, não pôde ser mais minucioso e para que isso aconteça basta ser assignado pela gentil escriptora a Sra. D. Amelia de Carvalho.

Dos 2 figurinos colloridos, o primeiro apresenta uma bella toilette caseira e outra para sarão; e o segundo, tres magnificas fantasias sendo duas para o carnaval.

O supplemento litterario, como sempre, é um precioso eserinio de bellas produções; firma-o Macha-lo de Assis, Eloy, o Heróe e outros conhecidos escriptores.

Registro da cidade — Esti-

veram hontem nesta cidade, os cidadãos, capitão Francisco A. da Veiga Torres, advogado da villa do Ingá, e o joven Luiz Cabral da Silva, filho do capitão Manoel Cabral da Silva, morador em Serra-Redonda.

Agradecemos as suas visitas.

—Segundo consta ao *Correio Paulistano*, a commissão organisadora do projecto de constituição federal pensa poder concluir seus trabalhos dentro de tres mezès.

Sobre os elementos que serão considerados necessarios para a existencia de um Estado, diz-se que serão estabelecidos tres principios basicos:

1.º A regra geral, que as antigas provincias no imperio serão elevadas á cathogorias de Estados federados.

2.º A faculdade de reunirem-se duas ou mais antigas provincias para o fim de formarem um só Estado. Para esse fim será necessario não só o accordo mutuo dos Estados interessados, como também a provação do Congresso Federal.

3.º Serão considerados *Territorios*, e sujeitos á directa jurisdicção do governo-federal aquellas das antigas provincias que não possuindo elementos sufficientes, por suas rendas e população, para constituirem estados federaes, não quizerem ou não poderem reunir-se a outras para juntas formarem Estado.

Carecendo, para sua administração, de subsidio do governo federal, é justo que sejam sujeitas á sua jurisdicção. Nesses territorios o governador será nomeado pelo presidente da União.

—O governador de Minas Geraes realizou no orçamento uma economia de 504 contos de réis, supprimindo quotas-locaes desnecessarias. Esta sobra será destinada á organização do vasto e difficil serviço da estatística daquelle estado.

Já está formulado o orçamento para o futuro exercicio, que em breve será decretado, com um saldo de cerca de 500 contos de réis.

Taes medidas administrativas têm provocado geraes applausos de todas as opiniões, que se congregam em torno do patriótico governo, que muito bem comprehende que o meio de garantir ao estado posição digna na organização federal, não é empobrecer-o por esbanjamentos nem enfraquecer-o por divisões intestinas.

—De Villa Nova da Revolução para cima a secca se accentua de um modo horroroso, diz o *Jornal de Noticias*, da Bahia. Os proprios en e heiros do prolongamento da estrada de ferro não têm suas vidas seguras, por isso que estão ameaçados de ataques de ladroes creados pela miséria e pela fome.

Nas feiras escassearam de modo lamentavel os generos alimenticios e n'ellas se expõe a fome o *bró*, que é uma especie de veneno, fingindo mantel-a.

O *bró*, como dizem os povos do centro, é o resultado da serradura do licury, palmeira muito conhecida em toda parte. Esse preparado, extrahido das partes do vegetal que parecem fornecer mais elementos nutritivos, age sobre a economia animal de modo altamente pernicioso, acabando por alterar os traços physionomicos e infiltrar o organismo dos que d'elle se utilisam.

Este facto nã se observa somente n'um logar, mais sim em muitos do sertão, onde têm-se dado tristissimos acontecimentos.

NEUROLOGIA.

Vitima de uma febre pernicioso falleceu na villa de Misericordia, o capitão Manoel David Pereira de Souza, que exercia o cargo de escriptão na mesma villa.

O fallecido, que ainda era moço, ex-

erceu grande influencia no partido conservador da comarca do Piancó, sendo por isto eleito deputado provincial no biennio de 1888 á 89.

Nossas condolencias á Ex.^{ma} familia.

ANNUNCIOS

NOVIDADE de TIMBAUBA.

Grande sortimento de Fazendas na Casa Ingleza

N'este sobrado e grande Armazem

Junto á Igreja

Fazendas baratissimas: Roupas feitas

Chapéos e Calçados

Comprados a dinheiro, e grande

Parte importados

Da Europa, onde por 15 annos

Tenho viajado

E conheço as 1.^{as} fabricas e o commercio

Dos grandes mercados

Vende-se a retalho. E' em grosso

Pelo preço da Praça

E seriedade e agrado e infallivel

Nesta casa

de R. LAURITZEN.

N. B. Aos freguezes de fóra ajuda-se nas vendas e compras de qualquer genero, e garante obter em todos os sentidos os preços do Recife.

(26)

(13)

Democratico

BAZAR DOS FUMANTES.

Não esqueçam que, nesta cidade de Campina Grande, rua—Uruguayana—casa n.º 6, estabelecimento acima denominado e pertencente a Antonio da Silva Barboza, sempre e a contento dos srs. fumantes, desta e de outras localidades, vende-se os especiaes productos da assás acreditada — FABRICA CAXIAS —, sendo:

Cigarros, charutos e fumos.

Bolsas, cachimbos e ponteiros!

Papel de seda e também de cores;

Phosphoros e lindas phosphoreiras!

NÃO ESQUEÇAM.

Rua Uruguayana n.º 6.

HOTEL POPULAR EM MULUNGU

no 6 PATED DA ESTACAO 6-

É onde acaba-se de abrir um novo estabelecimento, no qual pôde qualquer passageiro ver o que ha de melhor neste ramo de negocio, n'esta povoação.

Garante o proprietario:

Asseio, Sinceridade e Modicidade.

Mulungu 6 de Setembro de 1889.

Jovino Lucas França.